

VIOLÊNCIA E POBREZA COMO TEMAS PARA A PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICAS PÚBLICAS

desafios à reflexão teórico-metodológica

LILIA BELLUZZO
SONIA NAHAS DE CARVALHO

Resumo: A violência e a pobreza, por se constituírem temas socialmente complexos, trazem desafios teórico-metodológicos para a produção de estatísticas públicas. Diante dessa constatação, o artigo dialoga com esses desafios, apontando alguns aspectos que identificam os limites para essa produção.

Palavras-chave: Estatísticas públicas. Violência. Pobreza.

Abstract: Because the violence and the poverty are complex social subjects they bring theoretical and methodological challenges to the production of public statistics. Before this observation, the article talks to these challenges while pointing to some aspects that identify the limits for this production.

Key words: Public statistics. Violence. Poverty.

Este artigo se propõe a algumas reflexões sobre os desafios teórico-metodológicos que marcam a produção empírica de viés quantitativo na abordagem dos temas violência e pobreza. Consideradas questões complexas à produção de estatísticas, a violência e a pobreza são fenômenos sociais marcados pela amplitude de significados históricos e conceituais, que demandam desafios adicionais à produção de dados. Apesar da reconhecida especificidade desses fenômenos, o presente texto destaca a similaridade dos desafios teórico-metodológicos envolvidos em sua investigação.

As estatísticas públicas oriundas de coletas domiciliares constituem fonte de dados por excelência para a construção de indicadores sociais, no sentido de orientar, em especial, a ação pública. A produção dessas estatísticas caracteriza-se pela regularidade e consistência aprofundadas pelo conhecimento técnico acumulado pelas agências públicas de estatística e apóia-se em criteriosas metodologias ou procedimentos de captação e tratamento de dados primários. No entanto, o reconhecido rigor dessa produção e seus resultados não esgotam as controvérsias presentes no debate acadêmico e na literatura relativas às áreas de conhecimento nas quais se inserem. De forma bastante apropriada, Schwartzman (2004, p.75), ao se referir à confiabilidade que instituições e estudiosos imprimem à produção pública de estatísticas, salienta que ela constitui um “paradoxo curioso, uma vez que as ciências empíricas são dominadas por controvérsias e descobertas provisórias, experi-

mentais, probabilísticas e mesmo contraditórias, em vez de o serem por uma lógica sólida, evidências e demonstrações, como muitas vezes se propala”. O autor acrescenta que

existem fortes estímulos, no campo das estatísticas públicas, para procurar números unificados e consistentes e conceitos que sejam aceitos por uma ampla gama de atores, incluindo os cientistas sociais de diferentes disciplinas, estatísticos profissionais, burocratas de órgãos de estatística, governos, legisladores, grupos de interesse, imprensa, partidos políticos e organizações internacionais. Para cada ator, a vantagem de conceitos e números unificados é que eles podem sempre argumentar que não estão apenas defendendo seu próprio interesse, mas fazendo uso de dados “objetivos” e “científicos” acima de qualquer discussão. Ao mesmo tempo, eles prefeririam trabalhar com números e conceitos que fossem mais convenientes e adequados a suas respectivas culturas profissionais e interesses. Em outras palavras a tendência para a unificação não acontece sem tensões, uma vez que está sempre em jogo quem irá estabelecer os padrões e controlar o processo de produção e avaliação de dados. Estas tensões encontram meios de expressão e campo fértil nas fissuras e inconsistências que tem lugar nos processos de tradução entre diferentes atores e ambientes em que a produção e o uso das estatísticas públicas se dão (SCHWARTZMAN, 1996).

Pode-se dizer que a produção de dados tem seus resultados revestidos pela necessária parcialidade, pois exige recortes de aspectos da realidade prévios à investigação empírica e assume premissas necessárias à constituição de seus objetos de estudo. Por outro lado, sem que o seja contraditório, o caráter de factualidade desses resultados encontra reforço na relativa exatidão numérica na qual se expressa. Nesse processo de aparentes contradições, no dizer de Schwartzman, as opções por procedimentos de coleta e de tratamento de dados são os mecanismos disponíveis de mediação entre um *saber sistematizado* e suas *possíveis expressões* ou *concretizações* na realidade pesquisada.

Assim, do conjunto de esforços indispensáveis à produção de dados, as abordagens metodológicas cumprem a função de aproximar de forma criteriosa

o longo caminho entre conceitos abstratamente formulados e as formas de expressão que adquirem na realidade observada. Trata-se da busca por evidências empíricas objetivas, referenciadas por parâmetros teórico-metodológicos relevantes à produção do conhecimento, sobretudo aqueles com forte aderência para subsidiar a ação pública. Para tanto, concorrem o conhecimento acumulado e os questionamentos correntes entre os temas investigados como referenciais à definição da abordagem e escopo que norteará a pesquisa empírica. É somente a partir desse processo que se pode falar em opções e orientações metodológicas e, sobretudo, em proposições de análise, indicadores e variáveis coerentes aos propósitos da investigação. E, ainda mais, somente esse processo será capaz de revelar os limites dos resultados apurados, promissores pela exatidão (relativa) numérica propiciada, de um lado, e parciais no que possam refletir sobre o fenômeno investigado, de outro.

Aos desafios próprios da produção empírica de viés quantitativo acrescentam-se aqueles relacionados a questões sociais de grande amplitude, ou, ainda, recentes ou pouco sistemáticas entre as coletas primárias. É o caso de fenômenos sociais complexos revestidos de múltiplas dimensões (histórica, econômica, cultural) e influenciados em sua reprodução por variados e, por vezes, imprecisos fatores,¹ que assumem diferentes possibilidades de expressão na realidade imediata. O conjunto dessa composição parece suficiente para sinalizar que raras serão as chances de que uma única expressão empírica venha a dar conta da verificação integral desses fenômenos, além de que pouco acertadas serão as interpretações isoladas apoiadas em um ou outro indicador social.

Trata-se de fenômenos que se comportam sob a influência de múltiplos aspectos que conformam a dinâmica das relações sociais e, portanto, escapam à especialização que caracteriza a produção do conhecimento e aos indispensáveis recortes analíticos exigidos em investigações primárias. É bem verdade que essas questões vêm sendo enfrentadas com a crescente agregação do recurso a técnicas estatísticas representadas, sobretudo, por medidas e testes de correlação e independência entre variáveis, aos quais, no entanto, devem necessariamente preceder

a coerência e a relevância na seleção dos aspectos para investigação, papel da boa reflexão teórico-metodológica já destacada. Em decorrência, parecem profícuas a delimitação e a sistematização dos caminhos percorridos na abordagem dos fenômenos da violência e da pobreza, com ênfase em suas possibilidades conceituais.

VIOLÊNCIA EM SEUS AMPLOS SENTIDOS CONCEITUAIS

A complexidade da violência como fenômeno social evidencia-se em suas diferentes possibilidades de abordagem, sejam as que se ocupam de suas inter-relações temáticas, sejam as que recuperam seu amplo sentido conceitual. As abordagens sociológicas circunscrevem diferentes possibilidades de constituição do *objeto de investigação*, para o que se identificam três grandes áreas: violência, segurança pública e justiça criminal (KANT DE LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000). A essas áreas correspondem, em maior ou menor grau, campos específicos de estudo.

O foco predominante dos estudos sobre justiça criminal são as organizações e as articulações dos sistemas judicial e policial, seus processos e práticas de funcionamento. Abordagens dessa natureza tendem a gerar conhecimentos fundamentais à análise de registro e de informações institucionais, contribuição indispensável para a avaliação que relaciona eficiência à eficácia de políticas públicas destinadas ao tratamento do crime. Porém, abordagens como essas não investigam os eventos e ocorrências criminais em sua dinâmica social e, portanto, não possibilitam conhecer os fatores geradores da violência e de suas formas de repressão e prevenção.

Já os temas das áreas de segurança pública e, em maior grau, da violência têm seus focos de investigação ampliados da instância institucional para o contexto social. No caso da segurança pública, pode-se dizer que o foco de investigação sobre a sociedade, em seus contextos sociais específicos, decorre, prioritariamente, da forte possibilidade de que os resultados observados orientem opções específicas quanto à forma de atuação na promoção da segurança pública. Assim, ao lado dos registros administrativos de ocor-

rências denunciadas, a área da segurança pública encontra, nas coletas primárias, a base de conhecimento privilegiado sobre a relação entre grupos sociais específicos e violência, sejam estes vistos como vítima ou agressor. Desses resultados decorre importante contribuição para produção de diagnósticos no setor e apuração dos efeitos sociais, mesmo que restritos às ações públicas empreendidas.

Os estudos inscritos sob o tema da violência, que cresceram e se diversificaram a partir da década de 1990, ampliam e também fragmentam as discussões, influenciando a compreensão dos sentidos atribuídos à violência. São objetos de estudo que abordam a violência relacionada a gênero, no âmbito doméstico, contra a criança, no trânsito, policial, entre *gangs*, entre torcidas de futebol, etc. Essas proposições investigativas têm em comum o contexto no qual a violência se expressa, contribuindo para a constituição da *violência urbana* como campo de estudo.

A conformação de um campo de estudo favorece o avanço do conhecimento, uma vez que explicita a necessidade de definir categorias analíticas e estabelecer noções teóricas adequadas. Não se trata apenas de compreender e identificar a violência, mas também de captar e fazer conhecida sua forma específica de produção no meio urbano, acrescentando aos referenciais que enfatizam eventos criminais aspectos que são característicos das relações sociais em meio urbano e relevantes à constituição e propagação da violência nesse contexto.

Subjacente à investigação nessas três grandes áreas, situa-se a discussão conceitual de violência que envolve as questões metodológicas relativas à abrangência de sua definição e aquelas destinadas à interpretação dos indícios de sua expressão nos fatos empiricamente observáveis.

Do variado conjunto de abordagens para a conceituação de violência, está subjacente, com maior ou menor ênfase, a noção segundo a qual no âmago da violência está o *uso da força contra algo ou alguém* (MICHAUD, 1989, p. 8). No entanto, sendo a força virtude do ser, portando, em si, livre de juízo de valor, sua transfiguração em violência supõe que ela seja exercida para além de um limite socialmente reconhecido e partilhado. Ainda assim, para que o uso

da força não configure violência, o limite deve ser a ausência de dano físico, mas isso, por si só, não assegura a inexistência de outras formas de dano, sobretudo os morais, o que reafirma a difícil precisão do conceito de violência.

De forma primordial, a amplitude dos sentidos atribuídos à violência remete à questão sobre como “saber quais são os contornos exatos da pessoa [dado que] nada garante que esta se limite apenas à individualidade física” (MICHAUD, 1989, p. 11). Dito de outro modo, a construção da noção de violência estaria incompleta se não considerasse os parâmetros culturais, expressos nas normas e condutas sociais, as quais, contudo, não são necessariamente precisas, tampouco homogêneas. Além disso, a violência como rompimento ou ameaça à ordem tende a variar em suas formas de expressão e na intensidade com que se contrapõe e, portanto, se distancia das normas e valores vigentes. Estas prováveis formas de violar regras e condutas não só abrem diversificado leque de manifestações, como também somente poderão ser consideradas violência quando relacionadas aos valores de uma dada sociedade ou grupo social. Sem que represente novidade, a dimensão cultural, existente na composição da violência, influi sobre seus amplos sentidos conceituais e conseqüentemente desafia as possibilidades de sua verificação empírica.

A amplitude de sentidos da violência exige método e categorias analíticas que permitam aprofundar sua investigação e entendimento. Para tanto, considera-se bastante profícua a distinção entre *ato* e *estado* de violência, tal como proposta por Michaud. Esta distinção refere-se ao fato de que “pode-se matar, deixar morrer de fome ou favorecer condições de subnutrição” (MICHAUD, 1989, p. 11). Ou seja, se o *ato* de violência normalmente evidencia-se por danos físicos a ele diretamente atribuídos, o *estado* de violência se faz pela mediação de relações de dominação exercidas sobre diferentes aspectos da vida em sociedade e, sobretudo, de diferentes modos. Trata-se de reconhecer que, diante da impossibilidade da identificação física do ato, a violência transita explícita ou implicitamente entre as relações humanas, portanto sem “localização” ou resultados necessariamente precisos em suas evidências empíricas. Assim, sob o

aspecto da violação de normas ou condutas de relacionamento social, “qualquer coisa ou quase nada pode ser tomado por violência” (MICHAUD, 1989, p. 10), sendo os parâmetros para esta “classificação” socialmente variados e heterogêneos, para o que concorre, em última instância, a maior ou menor propensão de uma sociedade – grupos ou mesmo indivíduos – quanto à aceitação da violência, em suas diferentes formas e intensidade.

Se é verdade que a propensão de aceitação da violência apóia-se em normas, regulamentos legais e instituições de uma sociedade, também é fato que, de forma ainda menos objetiva, os hábitos e as normas de conduta dos relacionamentos sociais exercem igualmente influência. Esse leque de possibilidades sociais é ainda diferenciadamente absorvido em razão do grau de autonomia de cada sujeito. Evidenciam-se, assim, o caráter relativo da propensão da aceitação da violência e, portanto, a expressiva variabilidade do que venha a ser identificado como tal.

Tanto a noção de violência como sua expressão social colocam-se além da materialidade, sem excluí-la, e conformam-se segundo parâmetros socialmente constituídos, institucionalizados ou não, porque apreendidos e exercitados segundo o crivo de valores e hábitos diversos entre os segmentos sociais.

Essa construção interpretativa da violência traz ao plano teórico-metodológico dificuldades substantivas, seja pela opção de adoção de categorias analíticas amplas, sem perder a aderência às diversas manifestações concretas da violência, seja para a definição de variáveis que instrumentalizem as coletas primárias de dados. Disto decorre que os procedimentos adotados para captação e mensuração de formas de violência devem refletir os sentidos a esta atribuídos. Considerar violência somente como resultado de ato praticado tem por correspondente compreender o exercício da condição humana² restrito à preservação física e dos bens materiais de sua propriedade. A essa dimensão pertencem os *atos* de violência, que se revelam de imediato em evidências materiais, portanto de mais fácil captação e mensuração.³

Os sentidos da violência, no entanto, se tornam mais elásticos, conforme a amplitude atribuída à compreensão do que venha a constituir a condição

humana. Se exercitar a condição humana é empenhar e realizar o diversificado leque de possibilidades e recursos de que dispõe o ser humano, então violência pode ser o uso da força para impedir a utilização desses recursos. Diante disso, a noção *ato* de violência perderia sua capacidade explicativa, sendo analiticamente apropriada sua substituição pela noção de *estado* de violência. Esta, no entanto, é mais ampla uma vez que abarca e desafia as possibilidades metodológicas quanto à capacidade de delimitação e precisão do objeto de investigação. E, ainda mais, supõe capacidade analítica na interpretação de resultados menos objetivos, pois relacionados às percepções diferenciadas da violência entre os atores sociais.

Como expressão da complexidade do fenômeno da violência, a abordagem referenciada a *estado* de violência exige bem mais do que um ou dois indicadores para sua identificação empírica. Requer procedimentos de investigação baseados na delimitação mais ampla de violência que selecione aspectos que pressupõem inter-relações, demandando a formulação prévia de hipóteses e a escolha entre linhas argumentativas. E somente após percorrer esses passos é que poderão ser propostos indicadores com potencial de articulação entre si, construídos a partir das constatações empíricas, mas referenciados pelas categorias analíticas previamente definidas.

Tomar como pertinente a amplitude conceitual atribuída à violência é, no mínimo, partir do princípio de que “cada sociedade está às voltas com a sua própria violência segundo seus próprios critérios e trata seus próprios problemas com maior ou menor êxito” (MICHAUD, 1989, p. 14). É evidente que o acúmulo histórico em torno da produção da violência, ao lado dos avanços da democracia e, especificamente, das conquistas no campo dos direitos humanos e sociais, contribuiu para a adesão a um conjunto de valores que delimitam as noções de violência. Mas, nem por isso essas noções esgotam sua compreensão, constituída por significados determinados por bagagens históricas, culturais e filosóficas e que, além disso, podem ser contraditórios entre si.

Em boa medida, a diversidade na composição dos sentidos atribuídos à violência integra colocações como as de Alba Zaluar acerca dos limites metodoló-

gicos que marcam os levantamentos empíricos nesse campo à luz de variáveis relevantes como pobreza, desigualdade, desemprego e metropolização. Estes limites referem-se à impossibilidade dessas abordagens em estabelecer correlações válidas de forma universal entre as variáveis investigadas, o que, para a autora, é evidência da necessidade de contemplar o “contexto” entre as explicações formuladas. A essa reflexão, a autora acrescenta que noções que não possam ser suficientemente representadas por variáveis passíveis de mensuração devem ser abordadas a partir de

outros dados, tão valiosos quanto os quantitativos, para montar o quebra-cabeça dos homicídios entre seres humanos que pensam e sentem, portanto dotados de subjetividade (ZALUAR, 2008).

É bem verdade que a percepção de fenômenos sociais encontra expressão mais adequada em procedimentos de coleta de cunho qualitativo, que podem facilitar a apreensão de elementos simbólicos de forma mais adequada do que os de caráter quantitativo.

No entanto, a contribuição das estatísticas ao processo de avaliação das ações públicas na área social permanece imprescindível, seja pelas estimativas da magnitude dos eventos, seja pela verificação da associação identificada entre eles. Nesse sentido, colocam-se os procedimentos de coleta que permitem a análise comparada e qualificada sobre a percepção dos entrevistados de aspectos investigados a partir da construção de escalas. Trata-se de um recurso analítico que permite classificar as diferentes categorias de percepção expressas pelos entrevistados, segundo uma escala predefinida de graus de intensidade.⁴

Há também esforços metodológicos que buscam orientar a coleta primária de dados de base amostral, com o propósito de oferecer um amplo mapeamento dos conteúdos pelos quais o imaginário da população “aborda” ou identifica as problemáticas investigadas no campo da violência de forma isolada ou associada à segurança pública. A partir desses esforços, pode-se iniciar abordagem fecunda de aspectos relacionados à percepção do fenômeno relevantes ao processo de avaliação das ações públicas. Exemplos de experiência dessa natureza são observados em projetos desenvolvidos pela Fundação Seade, que,

em parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, realiza pesquisa específica na Região Metropolitana de São Paulo para investigar aspectos relacionados à vitimização, como, entre outros, a percepção da população quanto a experiências de insegurança pessoal, existência de ocorrências violentas nas proximidades da moradia e avaliação da atuação policial. Os dados obtidos são interpretados em relação ao perfil sociodemográfico e econômico dos entrevistados,⁵ de forma a sinalizar referências societárias importantes à compreensão de sentimentos de insegurança pessoal e noções de violência. Como decorrência, os resultados analíticos podem contribuir para o aperfeiçoamento das ações públicas, em particular aquelas dirigidas a segmentos específicos da população.⁶ Trata-se, em suma, de conhecimento produzido a partir da articulação entre referenciais teóricos e metodológicos e de procedimentos de coleta de dados específicos, que, combinados, têm favorecido aprofundar o entendimento dos processos presentes no cotidiano das relações da sociedade metropolitana com a violência.

POBREZA E O TRATAMENTO CONCEITUAL NAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS

De forma similar à definição de violência, o conceito de pobreza nas estatísticas públicas também enfrenta controvérsias, decorrentes mais da prevalência de esforços voltados para sua verificação empírica do que de dilemas substantivos quanto a seu caráter conceitual.⁷ A recuperação de parte da produção e análises estatísticas recentes sugere esse viés,⁸ como se o debate teórico e metodológico sobre a pobreza a tomasse, prioritariamente, em sua expressão empírica, ficando a referência teórica subjacente às medidas e indicadores propostos.⁹

Segundo Lavinias (2007, p. 9)

a pobreza nasce como uma categoria do campo da ação, da intervenção, pois, sendo uma categoria identitária, visa designar e caracterizar o status social dos indivíduos que se situam na parte inferior da hierarquia social.

Isso também significa que

o fato pobreza, qualquer que seja seu grau de definição, é sempre assimilado ao 'problema' da pobreza, seja no plano ideológico e moral, seja no plano político e econômico.

Para essa abordagem, entre as alternativas de conceituar pobreza, permanece, em seu âmago, a noção de *privação ou carência de recursos necessários à vida humana*, com distinções quanto aos conteúdos que lhes são atribuídos¹⁰ e, em particular, quanto à sua intensidade, em conformidade aos parâmetros então adotados. Essas distinções são suficientes para desafiar sua identificação e mensuração empírica, necessariamente ampla para abarcar certa gama de diversidade, mas desejavelmente sensível para demarcar diferenças possíveis, identificadas sobretudo quando definidas por comparação. Portanto, trata-se de distinções que exercem impacto na construção e aceitação dos sentidos conceituais da pobreza que deverão apoiar a produção de estatísticas.

Uma boa definição de pobreza foi sistematizada também por Lavinias (2007, p. 5), ao colocar que

ser pobre é ter, portanto, sua humanidade ameaçada, seja pela não satisfação de necessidades básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios em prol da satisfação de tais necessidades.

De imediato, essa definição aproxima a pobreza da violência, quando considerado o *estado* de violência. Entretanto, mais do que isso, indica a similaridade entre os desafios metodológicos, que vão do caminho da formulação abstratamente constituída a até suas possibilidades de identificação e mensuração empírica – possibilidades estas parciais, porque remetem a um contexto historicamente referenciado, tal como lembra Zaluar. E, para além do contexto e de forma conflituosa, também entre os sentidos atribuídos à pobreza, assim como à violência, conta de forma substantiva a perspectiva a partir da qual se considera a condição humana.

Similar quanto ao grau de intensidade presente na definição de violência como dano físico contra algo ou alguém, a definição de pobreza usualmente adotada na produção de estatísticas apóia-se na incapacida-

de assegurar um padrão de subsistência mínimo, determinado pela satisfação de necessidades básicas à reprodução humana.

Referenciada pela satisfação das necessidades básicas à sobrevivência, a noção de pobreza em contexto das economias modernas monetizadas leva, inexoravelmente, à adoção da *renda corrente* como medida para sua mensuração e identificação dos pobres. Os desafios para sua operacionalização têm sido superados a partir de procedimentos de coleta, informados por parâmetros nutricional, sociocultural e monetário destinados à identificação de classificação de padrões de consumo familiar.¹¹ Nessa perspectiva, a pobreza é identificada mediante a adoção do parâmetro *patamares mínimos de necessidades*, o qual possibilita delimitar dois segmentos populacionais. O primeiro é definido pela linha de *pobreza extrema* ou *indigência*, cuja referência são as necessidades nutricionais estabelecidas com base em uma dieta básica à sobrevivência. O segundo é delimitado pela *linha de pobreza* e inclui, além das necessidades nutricionais, outras como moradia, vestuário, etc., cuja satisfação denotaria, enfim, a superação da pobreza.

A definição de patamares mínimos responde de forma mais apropriada ao conceito de tamanho da pobreza e, dessa forma, é a expressão de um conceito operacional necessário ao tratamento de dados quantitativos para usos específicos, como o da delimitação de públicos-alvos de políticas sociais compensatórias. Por outro lado, a adoção desse parâmetro limita apreender a complexidade do fenômeno social da pobreza, por dois aspectos. Em parte, porque a precisão pretendida na adoção de valores monetários é reconhecidamente desafiada pela diversidade histórica e cultural quanto ao que venha a ser aceito como necessidades básicas. Em realidade, as linhas de indigência e pobreza delimitam segmentos de população por sua insuficiência de renda e, por conseqüência, de consumo. De outra parte, porque implicitamente o parâmetro proposto pauta-se em patamares mínimos da sobrevivência humana e não considera as espinhosas discussões sobre quais seriam as possibilidades de exercício da condição humana como expressão de não-pobreza, a serem consideradas na composição da linha de pobreza adotada. Assim, pode-se dizer que nessas medidas há uma simplificação analítica, nem

por isso menos legítima, posto que a captação da realidade, por mais criteriosa que seja, se presta a uma representação do real e não à sua substituição. Essas representações, tanto no caso da pobreza quanto da violência, levam a enfrentar fortes contradições entre a amplitude de seus sentidos conceituais e a diversidade de suas expressões em contextos específicos.

Um derivativo aos patamares mínimos é o do patamar relativo, o qual tende a minimizar os efeitos analíticos perversos que acompanham a adoção de parâmetros mínimos, tendo por recurso analítico a definição de *linhas de pobreza relativas*. Estas medidas serão tanto mais relativas quanto mais considerarem as possibilidades de geração de riqueza de um país ou região. Operacionalmente o parâmetro adotado passa a ser a mediana da renda familiar *per capita* do país ou região à qual se destina.¹² Nesses casos, o referencial conceitual de pobreza transita do reconhecimento quanto ao dever restrito ao atendimento das necessidades básicas à sobrevivência para o reconhecimento do direito de cada cidadão em buscar usufruir parcela da riqueza socialmente produzida. Trata-se de um esforço em reconhecer de forma mais ampla a realização da condição humana já na definição da própria medida, refletindo a opção por determinado caminho teórico-metodológico.

Não obstante a prevalência da noção de linhas para distinguir pobres e não-pobres, segundo capacidade de consumo, o diferencial é o de que a adoção de patamares relativos possibilita uma perspectiva analítica mais relacional entre segmentos sociais, mais distante de ser apreendida quando a referência são patamares mínimos. Enquanto na *linha de pobreza absoluta* o referencial permanece no patamar mínimo e a condição humana é tomada pela garantia de sobrevivência, na medida de *pobreza relativa* esta condição se amplia, tomando por referência a relação entre pobreza e riqueza, bastante propícia à reflexão e análise daquele fenômeno. Investigar e captar situações e graus de intensidade de pobreza supõe referenciá-las às possibilidades de não-pobreza, ou riqueza, quando o referencial ultrapassa as preocupações por respostas destinadas a prover socialmente a manutenção da sobrevivência humana.

À ampliação da capacidade analítica propiciada pela operacionalização da *linha de pobreza relativa* cor-

respondem, no entanto, fortes limites à comparação da pobreza verificada, dado seu caráter relacional aos patamares de riqueza local. Já os resultados obtidos a partir da *linha de pobreza absoluta*, ainda que respondam a adaptações regionais, correspondem aos parâmetros reconhecidos nos diferentes contextos referidos como o indispensável à perpetuação da vida e, nesse caso, servindo a comparações.

Especificidades à parte, ambos os recursos metodológicos trazem em comum a impossibilidade de contemplar outros componentes de carência e privação social. Entre esses, de reconhecida dificuldade de mensuração, estão os benefícios públicos sociais, normalmente investigados em relação a acesso e não à capacidade de agregação de “riquezas”. E, além disso, destacam-se os efeitos decorrentes da própria percepção da pobreza entre os segmentos desprivilegiados. Esta percepção conduz à constituição de identidades formadas em torno da carência e privação, que levam à “amputação” da capacidade de agir e de funcionar dada “pela vivência do estigma e da perda intrínseca do seu valor como indivíduo” (LAVINAS, 2006, p. 9). Mas, assim como na violência, o caráter subjetivo inerente a essas abordagens representa desafio às metodologias de caráter quantitativo, além de reforçarem a amplitude conceitual possível no caso da pobreza e seu diversificado leque de representações e concretizações na realidade imediata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de contribuir para a reflexão acerca dos desafios teórico-metodológicos que marcam a produção empírica de viés quantitativo na abordagem de temas complexos, este artigo voltou-se aos fenômenos da violência e pobreza. Para tanto, destacou-se a similaridade entre ambos os fenômenos quanto a suas amplas possibilidades de sentido e de representações na realidade e os decorrentes desafios à sua verificação empírica e mensuração.

O caráter de ameaça representado pela violência e o de problema social, pela pobreza, ainda que em medida diversa e específica, os fazem temas de constante preocupação para a formulação das ações pú-

blicas, demandando estatísticas criteriosas e seguras para, de um lado, identificar e mensurar os segmentos sociais visados e, de outro, acompanhar os resultados obtidos. A necessidade de obter resultados sociais das ações empreendidas exige a formulação de medidas objetivas, sensíveis aos eventos investigados e referidas a contextos específicos. Assim, é esperado da produção estatística que, de um lado, não desconheça, a amplitude conceitual dos fenômenos investigados e suas imbricadas relações com o contexto histórico e social e, de outro, atenda à urgência de distinguir esses eventos e suas manifestações concretas, por meio de números e análises que orientem processos decisórios no âmbito das políticas públicas sociais.

Tanto no caso da violência quanto da pobreza, entende-se que cada sociedade estaria às voltas com sua própria violência e pobreza, segundo seus próprios critérios e tratando seus problemas com maior ou menor êxito, sem, no entanto, desconsiderar premissas teóricas que ampliam a compreensão desses fenômenos. Entre essas está a do caráter relacional, presente em cada um desses fenômenos de forma específica. No caso da pobreza, a referência é a riqueza e seus mecanismos de distribuição e apropriação social. Já para a violência, pode-se inferir que, quanto mais uma sociedade avança na incorporação de valores e atitudes de respeito ao “outro”, mais o conceito relevante de violência poderia se distanciar da ameaça física, não porque a negue, mas porque esta deixa de ser fenômeno primordial à verificação empírica.

Da produção estatística são esperadas precisão e objetividade na representação da realidade com objetivo, em particular, de contribuir para a atuação pública, acompanhadas do indispensável reconhecimento das noções e premissas subjacentes aos resultados obtidos. Somente esse processo pode revelar o viés analítico inerente a cada indicador proposto, sugerir o reconhecimento de outras possibilidades de compreensão de fenômenos sociais e, com isso, propiciar interpretações seguras quanto ao alcance de suas contribuições. Em suma, escolhas não são feitas ao acaso, pois, afóra dificuldades de natureza técnica e operacional, há uma intencionalidade que permeia a opção por uma ou outra linha interpretativa dos fenômenos da pobreza e da violência.

Notas

1. Destaca-se aqui, sobretudo, a influência de aspectos subjetivos, relacionados às reações e comportamentos humanos, suas percepções e as diversas possibilidades a partir de referenciais psicossociais, familiares e culturais.
2. Condição humana é definida para além da sobrevivência física e inclui a realização das potencialidades cognitivas, afetivas e sociais, inerentes ao homem.
3. Trata-se da formulação de indicadores destinados à classificação de ocorrências violentas reconhecidas por legislação específica, tais como latrocínio, roubo, lesão corporal, homicídio, entre outras.
4. Sobre as metodologias de construção de escalas ver Babbie (2003) e Kidder (1987).
5. Trata-se da pesquisa sobre vitimização realizada mensalmente em conjunto com a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, na Região Metropolitana de São Paulo, contemplando informações diversas sobre a família e seus componentes.
6. A importância dessa temática encontra referência em discussões que destacam os riscos de comprometimento da ordem social e segurança pública subjacentes a comportamentos e concepções que fundamentam o uso da violência. Importantes parâmetros para essa reflexão encontram-se sistematizados na produção científica de Luís Antônio Machado da Silva.

7. Essa reflexão não desconsidera a existência de outros fóruns de discussão e produção científica voltados para a abordagem teórica e produção de conhecimentos sobre a pobreza, tomada em suas dimensões histórica, social, cultural, além da econômica. Ver entre outros autores Sen (2000), Lavinias (2007); Souza (2006) Schwartzman (2004); Reis (2000) e Telles (1992).

8. Atualmente, no Brasil, as produções do Ipea e FGV podem ser tomadas como representantes dessa preocupação. Também a produção científica e metodológica de Sônia Rocha inscreve-se entre esses esforços. Sobre isso ver Rocha (2006).

9. Sobre essa discussão ver Souza (2006).

10. Trata-se das abordagens que tomam a pobreza segundo diferentes referenciais que não o das carências monetárias, tais como o das carências multidimensionais (moradia, saúde, educação e emprego) e da vulnerabilidade social. Em plano conceitualmente diverso, a pobreza tem sido tratada como exercício da cidadania e desenvolvimento humano.

11. Sobre a operacionalização de linhas de pobreza, ver Rocha (2006).

12. Sobre isso, ver Rocha (2006), em referência às metodologias adotadas em Portugal, França, Inglaterra e a própria União Européia, que trabalha com três conjuntos de linhas de pobreza, equivalentes a 40%, 50% e 60% do rendimento mediano.

Referências Bibliográficas

- BABBIE, E. *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A.P.M. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 50, 2000.
- KIDDER, L. (Org.). *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. São Paulo: USP Editora Pedagógica e Universitária – EPU, 1987.
- LAVINAS, L. *Documento de base URB-AL 10*. Disponível em: <<http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/urbal>>. Acesso em: 19 jan. 2007.
- MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.
- REIS, E. P. Percepção da elite sobre pobreza e desigualdade. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, dez. 2000. p. 487-500.
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil – afinal do que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SCHWARTZMAN, S. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. *Legitimidade, controvérsias e traduções em estatísticas públicas*. [S.l.], dez. 1996. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/legitimidade-estatisticas-publicas/legitimidade-estatisticas-publicas.shtml>>. Acesso em: 07 out. 2008.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOUZA, J. É preciso teoria para compreender o Brasil contemporâneo? In: _____. (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 118-141.
- TELLES, V. S. *Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza, um estudo sobre trabalhador urbano em São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – FFLCH/USP, São Paulo, 1992.
- ZALUAR, A. Vivendo em Gotham City. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 ago. 2008. Caderno Mais, p. 3.

LILIA BELLUZZO

Mestre em Ciências Sociais, Analista da Fundação Seade.

SONIA NAHAS DE CARVALHO

Socióloga, Doutora em Ciências Sociais, Gerente de Análise Socioeconômica da Fundação Seade.

Artigo recebido em 12 de setembro de 2008.

Aprovado em 4 de novembro de 2008.

Como citar o artigo:

BELLUZZO, L.; CARVALHO, S.N. de. Violência e pobreza como temas para a produção de estatísticas públicas: desafios à reflexão teórico-metodológica *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 29-38, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.